

Perfil comprometido

27 JAN 1997

DF- migração

O fluxo migratório intenso sobre Brasília produz não apenas transtornos à sua infra-estrutura de serviços urbanos, mas, especialmente, a seu projeto de cidade administrativa. Projetada para abrigar quinhentos mil habitantes na virada do século, possui hoje quase quatro vezes essa população. O mais grave é que isso acontece exatamente quando o Estado, o maior empregador da cidade, está em inapelável processo de esvaziamento.

O Governo do Distrito Federal admite a existência de um exército de 150 mil desempregados, que corresponde a 10% de sua população economicamente ativa. Há cálculos ainda mais alarmantes. O que importa, porém, é constatar que a idéia de uma cidade administrativa, voltada exclusivamente para sua missão constitucional de hospedar a estrutura dos três Poderes e a representação diplomática internacional, está superada.

É preciso redimensionar Brasília — ou, como já propôs o governador Cristovam Buarque, reinaugurá-la. O empresariado local empenha-se em compatibilizar o perfil administrativo da cidade com a necessidade de despertar sua vocação empreendedora. O GDF aposta na indústria do turismo e em iniciativas como o pólo de informática. São alternativas viáveis e importantes, mas que não podem ser consideradas isoladamente. É essencial o controle do fluxo migratório.

Brasília continua sendo, aos olhos de milhões de brasileiros do interior, a terra das oportunidades. Há não muito tempo, prefeitos irresponsáveis despachavam por ônibus, com passagem só de ida, mendigos e desempregados para cá. A capital do país acenava com lotes para os migrantes e ofertas generosas de empregos. Isso custou à cidade problemas sociais ainda não equacionados e muito menos resolvidos.

O governador Cristovam Buarque não tem dúvidas: “Se conseguirmos estancar a migração, a miséria será erradicada do Distrito Federal”. O desafio está em como fazê-lo. Não é providência ao alcance do governo local. O direito de ir e vir está consagrado na Constituição e não pode ser restringido.

A saída está no estabelecimento de políticas de desenvolvimento regional, que interiorizem investimentos, sobretudo na área rural. E tais políticas dependem de iniciativa do governo federal. Brasília não será a beneficiária exclusiva da iniciativa, mas o país em seu conjunto. O processo de globalização da economia reduziu a oferta de emprego nos grandes centros urbanos, provocando, no primeiro momento, espontâneo retorno de migrantes ao meio rural.

Para que esse refluxo se torne mais significativo, é preciso o estabelecimento de políticas regionais. O futuro da capital brasileira e a preservação de seu padrão urbanístico dependem dessas providências, que não podem mais ser adiadas.